

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2011 A ABRIL/2012  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL  
 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	988.497	6.175	994.672
Pessoal Ativo	703.911	4.418	708.329
Pessoal Inativo e Pensionistas	284.586	1.757	286.343
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	282.972	5878	288.850
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	5	0	5
Despesas de Exercícios Anteriores	892	4.464	5.356
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	282.075	1.414	283.489
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL III=(I-II)</b>	705.525	297	705.822
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			581.850,483
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV)*100	0,121255%	0,000051%	0,121306%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,334678%			1.947.326
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,317944%			1.849.959

FONTE: SIAFI2011/2012 - TRT3/DSAOC/TRT3 - 23/mai/2012 - 12h e 45m

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$1.830.109,10 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$371.091,67

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$1.811.582,74 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$7.646.614,59

4) Despesas com Precatórios da Administração Indireta: despesa liquidada R\$647.247,36 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$2.064.077,60.

Des. DEOCLÉCIA AMORELLI DIAS  
 Presidente do Tribunal

LINA MÁRIA PINTO GONÇALVES  
 Ordenadora de Despesas

HERCE MARTINS PONTES  
 Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira

ANA RITA GONÇALVES LARA  
 Chefe do Núcleo de Controle Interno